

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Marco Antonio Reckziegel

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul.

Picada Café

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Marco Antonio Reckziegel

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Coorientadora: Tutora Monique Medeiros

Picada Café

2011

Marco Antonio Reckziegel

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e o empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de outubro de 2011.

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Glauco Schultz
UFRGS

Prof. Dr. Decio Souza Cotrim
UFRGS

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, por ter me dado a vida e permitir que esteja vivenciando este momento.

A minha colega de curso e amada companheira pelo convite feito para trilhar estas novas fronteiras do conhecimento. Silvana, muito obrigado, pelo amor, pela alegria, pela perseverança.

Aos filhos, Ana Maria, Marco Augusto e Ana Luísa, e aos meus pais Arno e Célia, inspiradores para esta caminhada, muito obrigado pelo apoio e compreensão pela falta de tempo.

Aos irmãos de fé, pelas orações e incentivos na construção deste trabalho.

Aos agricultores familiares membros e aos gestores ligados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mato Leitão, pela receptividade e abertura na disponibilização dos dados e entrevistas. Seu apoio e abertura foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos mestres e tutores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo entusiasmo e galhardia em nos instigar na busca do conhecimento.

Aos tutores do pólo EAD de Picada Café, pela atenção, infraestrutura e apoio dispensado.

Especial agradecimento à tutora co-orientadora, Engenheira Agrônoma Monique Medeiros e ao professor orientador, Sociólogo, Doutor Ivaldo Gehlen. O seu estímulo foi fundamental na construção desta pesquisa.

RESUMO

A participação dos atores na definição e no acesso às políticas públicas são questões que devem ser investigadas e aprofundadas conforme propõem alguns estudiosos destes temas. Também o papel desempenhado pelos espaços que têm o potencial de proporcionarem a participação efetiva dos atores sociais na busca do desenvolvimento rural, como é o caso dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, devem ser mais bem compreendidos. O aprofundamento de tais questões deve levar em conta as diversas especificidades socioculturais e os diferentes estágios de desenvolvimento e participação coletiva. À luz desta discussão e de conceitos sobre Desenvolvimento Rural, Capital Social, Participação e Cidadania, este Trabalho de Conclusão de Curso visa compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER no município de Mato Leitão, RS, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos. Com o propósito de operacionalizar este objetivo pretendeu-se identificar os atores sociais locais envolvidos com o desenvolvimento do COMDER; analisar os principais entraves socioeconômicos encontrados pelo COMDER na sua atuação no local; e ainda, compreender a relação entre a atuação deste Conselho e o acesso dos atores sociais locais às políticas públicas. Por meio de pesquisa documental às atas do COMDER e de entrevistas com roteiros semi estruturados aplicados a gestores e membros do conselho, encontrou-se resultados como: quais foram os atores envolvidos na criação e desenvolvimento do COMDER; a influência desta instituição no acesso dos atores sociais rurais às políticas públicas com a consequente acumulação de capital social e aquisição de poder (empowerment).

Palavras-chave: Conselho de Desenvolvimento Rural; Atores Sociais; Empoderamento; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

The participation of the actors in the definition and access to public policy issues must be investigated in-depth as it proposed by some scholars working in these issues. In addition, the role of spaces that have the potential to provide effective participation of social actors in the pursuit of rural development, as is the case of the Conselhos de Desenvolvimento Rural (Rural Development Councils), should also be better understood. The deepening of such questions must take into account the various socio-cultural specificities and the different stages of development and collective participation. In light of this discussion and of the concepts related to Rural Development, Social Capital, Participation and Citizenship, this Course Completion Assignment aims to understand the limits and potentialities of the performance of the Municipal Council for Rural Development - COMDER in the municipality of Mato Leitão, RS, especially with regard to the empowerment of the rural social actors involved. In order to achieve this goal we sought to identify the local actors involved with the development of the COMDER; analyze the main socioeconomic obstacles encountered by COMDER in its operation at the area; and, finally, to understand the relationship between the actions of this Council and the access of the local actors to the public policies. Through researching the minutes of COMDER and semi structured interviews conducted with managers and board members, we found answers to issues like: who were the actors involved in the creation and development of COMDER; the influence of this institution in the access of the rural social actors to social public policies with the consequent accumulation of social capital and empowerment.

Keywords: Board of Rural Development, Social Actors, Empowerment, Rural Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. PONTOS TEÓRICOS EM DESTAQUE: O DEBATE ATUAL NO BRASIL SOBRE A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	8
2.1 Desenvolvimento Rural, Território e Capital Social	9
2.2 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.....	13
3. METODOLOGIA.....	16
4. CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE EMPÍRICA	18
4.1 O município de Mato Leitão	18
4.2 O COMDER	19
5. DISCUSSÕES E RESULTADOS	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE I – LISTAGEM DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS.....	35
APÊNDICE II - ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS CONSELHEIROS	36
APÊNDICE III - ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM GESTORES E TÉCNICOS	38
APÊNDICE IV – QUADRO DAS PRINCIPAIS DECISÕES E DELIBERAÇÕES DO COMDER EXTRAÍDAS ATRAVÉS DE PESQUISA DOCUMENTAL AO LIVRO DE ATAS	39
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	41
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	42
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	43
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	44

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi motivada pela proximidade do pesquisador com a realidade local. A atuação profissional, iniciada em 1984, na área da assistência técnica e extensão rural, mais especificamente como médico veterinário, na clínica de grandes animais e no controle sanitário de rebanhos bovinos leiteiros, proporcionam um contato diário com os agricultores familiares, representantes de classe, gestores públicos e outros técnicos do setor. A área desta atuação profissional abrange o território dos Vales do Taquari e do Rio Pardo, mais notadamente nos municípios de Lajeado, Forquetinha, Santa Clara do Sul, Arroio do Meio, Estrela, Teutônia, Cruzeiro do Sul, Mato Leitão e Venâncio Aires. Neste processo, alguns questionamentos a respeito das especificidades locais e dos diferentes estágios de desenvolvimento, participação coletiva e empoderamento manifestados pelos atores sociais nestes espaços são os motivadores da pesquisa.

Assim, este estudo pretende investigar a possível interferência da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mato Leitão (COMDER) nesta diferenciação.

Como um fórum onde são decididas ações que englobam a definição de políticas públicas agrícolas locais, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) tem dentre suas possibilidades a de configurar um instrumento do empoderamento dos atores sociais do meio rural. As deliberações sobre a aprovação ou a não aprovação do acesso dos agricultores familiares aos financiamentos das esferas estaduais e federais também ocorrem neste espaço, com a participação efetiva dos membros do conselho nestas decisões.

Mesmo que de forma indireta, através da definição dos representantes de cada comunidade rural e de outras entidades, o Conselho pode desempenhar, ao longo do tempo, um papel irradiador do empoderamento dos atores sociais da comunidade local, resultando na elevação da auto-estima e no fortalecimento identitário.

Este sentimento de auto-valorização ou senso de empoderamento acaba por conduzir ao conceito de desenvolvimento proposto por Amartya Sen, que o define como a capacidade de fazer escolhas.

O ideário de Sen sobre o desenvolvimento constituiu um avanço na concepção corrente até a década 90, que contemplava somente a renda per capita dos países, ou seja, um

enfoque ligado ao crescimento econômico. No entanto, esta concepção não garante a distribuição equânime dos benefícios deste crescimento a toda a sociedade.

As idéias de Sen sobre desenvolvimento incluem não só a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também a segurança, liberdade, habitação e cultura. Neste sentido, para este autor, o desenvolvimento é entendido como sendo a eliminação das privações de liberdade as quais limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de cidadão (SEN, 2000).

A partir da concepção de Sen sobre desenvolvimento foram incluídos indicadores sociais nos padrões de classificação dos países, o que propiciou a criação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Os organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento dos países, como por exemplo, o Banco Mundial, revisaram suas políticas de apoio, que passaram a incluir também as estatísticas sociais além do crescimento econômico.

Esse novo foco no aspecto social remete à ideia de que crescimento econômico sem desenvolvimento social não corresponde a um real desenvolvimento. Nesta mesma direção, um desenvolvimento que alcance também a melhoria dos aspectos sociais dos indivíduos ou de uma sociedade bem como de sua maior autonomia e liberdade, nos remetem à noção de empoderamento.

O município de Mato Leitão, campo objeto desta pesquisa, integra o COREDE do Vale do Rio Pardo. Originou-se a partir dos municípios de Venâncio Aires e Cruzeiro do Sul, sendo criado em 20 de março de 1992 pela lei número 9607. Conta com uma área territorial de 45,9 quilômetros quadrados e uma população de 3.865 habitantes (FEE, 2010). Destes, 58% residentes na área rural e 42% residentes na área urbana (IBGE, 2011).

Através da oportunidade propiciada pela graduação como tecnólogo em desenvolvimento rural, mais precisamente pelo trabalho de conclusão deste curso acadêmico, pretende-se pesquisar a influência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) do município de Mato Leitão, RS, no empoderamento dos atores sociais e na busca do Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Rural aqui entendido conforme definido por Amartya Sen, como sendo a capacidade de fazer escolhas pelos atores locais.

Teóricos afirmam que houve a criação dos Conselhos ou Comissões de Desenvolvimento Rural nas últimas décadas na maioria dos municípios brasileiros. Entretanto

não está bem esclarecida a participação destas comissões municipais, bem como o alcance de suas ações na busca do Desenvolvimento Rural. Segundo estes autores como Abramovay (2003) e Gohn (2001) esta é uma questão em aberto e que necessita de maiores pesquisas, avaliações e aprofundamentos.

Assim sendo, é relevante investigar o histórico desta instituição local, seu modo de funcionamento e a sua interferência no empoderamento dos agricultores familiares e no Desenvolvimento Rural do município. Desta forma define-se a questão de pesquisa:

Quais são os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER no município de Mato Leitão, RS, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos?

A fim de responder a este questionamento, traçou-se o seguinte objetivo geral: Compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER no município de Mato Leitão, RS, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos.

E com o propósito de operacionalizar este objetivo foram criados três objetivos específicos:

- Identificar os atores sociais locais envolvidos com o desenvolvimento do COMDER no município.
- Analisar os principais entraves socioeconômicos encontrados pelo COMDER em sua atuação no local.
- Compreender a relação entre a atuação do COMDER no município, e o acesso dos atores sociais locais às políticas públicas.

2. PONTOS TEÓRICOS EM DESTAQUE: O DEBATE ATUAL NO BRASIL SOBRE A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Neste capítulo pretende-se trazer a discussão teórica de alguns autores sobre o Desenvolvimento Rural e o enfoque sobre o Território e o Capital Social. Aliado à abordagem sobre estes conceitos traz-se o pensamento de alguns autores sobre a participação coletiva e os vieses pelos quais passam as interpretações a seu respeito. Ainda neste capítulo enfoca-se o

pensamento de autores sobre o papel dos conselhos gestores e dos conselhos municipais de desenvolvimento rural e o histórico de sua criação no país.

2.1 Desenvolvimento Rural, Território e Capital Social

A abordagem sobre desenvolvimento rural tem ocupado cada vez mais espaços na literatura acadêmica e nos documentos e ações de organizações políticas em todo o mundo, principalmente nas últimas três décadas (KAGEYAMA, 2008).

O entendimento sobre o que é desenvolvimento rural vem sendo modificado na academia, nas instituições governamentais e não governamentais. Na atualidade é corriqueira a afirmação de que o desenvolvimento rural não se restringe ao crescimento da produção agrícola (ABRAMOVAY, 2003). O autor cita que é recente o interesse por tentar entender os motivos que explicariam o dinamismo de algumas regiões rurais e o declínio de outras. Afirma também que os resultados de estudos sobre o tema ainda são bastante incertos, necessitando maior aprofundamento. Entretanto, estes estudos indicam que nas regiões mais dinâmicas há uma rede de relações entre serviços e organizações públicas, empresas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Indicam ainda que a proximidade entre os atores propicia a formação de uma rede de relações sociais. Esta rede interfere neste dinamismo, valorizando-se assim o conjunto do ambiente onde atuam, criando a base para outros empreendimentos inovadores (ABRAMOVAY, 2003).

Conforme Abramovay (2003) surgem duas correntes contemporâneas de pensamento sobre o desenvolvimento rural. A primeira enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, através da montagem de redes e convenções, ou das instituições que permitem ações cooperativas que enriquecem o tecido social de uma localidade. A segunda, uma vertente do pensamento social contemporâneo intitulada de capital social. Esta segunda refere-se às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

No âmbito destas duas vertentes do pensamento contemporâneo sobre desenvolvimento rural, está inserida a iniciativa da criação dos conselhos de desenvolvimento rural.

Partindo do enfoque territorial do desenvolvimento rural, os conselhos de desenvolvimento rural são desafiados a ampliarem o seu horizonte para fora da área do município, buscando parcerias e possibilidades de desenvolvimento voltadas a esta maior abrangência do território onde está inserido. E desta forma obtendo maior possibilidade de sucesso nas iniciativas (ABRAMOVAY, 2003).

De outro lado está a vertente que enfatiza a importância do capital social na busca do desenvolvimento.

As instituições internacionais de desenvolvimento incorporaram recentemente em seus discursos o termo capital social. O Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), destacam o aspecto de que o desenvolvimento depende de certas condições institucionais (ABRAMOVAY, 2003).

Coleman (1990), citado por Abramovay (2003), indica que as estruturas sociais compõem recursos, os quais seriam um ativo de capital do qual os indivíduos de um determinado território podem dispor. O capital social é constituído de uma variedade de diferentes entidades que formam uma estrutura social e facilitam ações dos indivíduos que estão dentro desta estrutura.

Assim, o capital social possibilita que os indivíduos alcancem objetivos que não alcançariam sem a sua presença. Por exemplo, a relação de confiança existente entre agricultores, que formam um fundo de aval, lhes permite o acesso a financiamentos bancários. Esta relação conjunta, que pode ser considerada como um ativo social (capital social), é que lhes propicia o acesso aos recursos financeiros (ABRAMOVAY, 2003).

O capital social seria então um ambiente institucional, ou uma construção social dos atores que compõe um território, funcionando “como um instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva” (ABRAMOVAY, 2003, p.87). Um dos atributos morais mais importantes deste capital social seria, conforme Abramovay (2003), os laços de confiança existentes entre os atores que dele desfrutam. Desta forma o capital social corresponde ao *ethos* de uma sociedade, constituindo-se em um bem público (ABRAMOVAY, 2003).

“[...] a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder (empowerment, na terminologia que vem se consagrando junto às organizações internacionais de desenvolvimento) e até de mudança na correlação de forças no plano local” (ABRAMOVAY, 2003, p.88). Seria uma espécie de garantia, na qual os participantes empenham suas relações sociais.

Direcionando a análise para o foco da acumulação do capital social e do empoderamento¹ dos atores sociais de um território, verifica-se que autores como Rodrigues (2009), afirmam que as associações e outras formas de organização da sociedade civil “vêm de forma crescente desempenhando um papel importante como agentes de reestruturação social” (RODRIGUES, 2009, p 35).

Esta autora, ainda percebe uma nova forma de organização da sociedade civil, cada vez maior, desenvolvendo novas formas de corporativismo, não mais baseado em organizações criadas e controladas pelo Estado, e sim formas que têm sido denominadas de neocorporativismo ou corporativismo societal (RODRIGUES, 2009). Este novo corporativismo é caracterizado “pela barganha, pela busca do consenso entre os vários parceiros envolvidos na elaboração das políticas públicas. Um consenso reflexivo, baseado em uma comunicação aberta entre os pares” (RODRIGUES, 2009, p. 36).

Para Rodrigues (2009), o fortalecimento da sociedade civil, através de novas formas associativas e organizativas, possibilita a legitimação das políticas públicas. Ao mesmo tempo proporcionando o comprometimento destas organizações da sociedade civil na implementação das políticas públicas, diminuindo assim a distância entre a elaboração e a implementação dessas políticas.

Nesta ótica, pode-se visualizar a instituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, de caráter oficial ou estatal, como um espaço onde este

¹ Conforme Baquero (2007) o empoderamento dos cidadãos está associado à maneira como eles adquirem habilidades e capacidades para atuarem como protagonistas no processo político. O autor explica que o empoderamento ocorre nos níveis individual, organizacional e comunitário. O empoderamento individual refere-se a variáveis de natureza psicossocial como o aumento da auto-estima e auto-imagem, gerando auto-afirmação. Refere-se aos esforços e iniciativas das pessoas para melhorar suas próprias vidas. O empoderamento organizacional significa dar autoridade às pessoas para contribuir com as decisões da organização (empresarial) para melhorar seu desempenho. E finalmente, o empoderamento comunitário refere-se à capacidade dos grupos sociais desfavorecidos na articulação de seus interesses e participação comunitária, visando à conquista dos direitos de cidadania e influenciar ações do Estado (BAQUERO, 2006, apud BAQUERO, 2007).

distanciamento entre a elaboração e a implementação das políticas públicas é minimizado. Isto desde que este lócus propicie a profusão das formas de representação dos atores sociais do meio rural, nas mais variadas formas de organização, bem como a sua real e democrática manifestação, conforme propõe Abramovay (2003).

Bracagioli (2010), abordando as metodologias participativas, indica que um ambiente de empoderamento pode ser proporcionado desde que haja a construção conjunta da tomada de decisões e a adequada correlação de forças entre os atores.

Em seu enfoque sobre a participação, Gohn (2001) identifica dois vieses analíticos sobre a mesma. Um destes seria a concepção liberal sobre a participação social, a qual tem como objetivo o fortalecimento da sociedade civil, diminuindo o controle e a ingerência do Estado na vida dos indivíduos. Nesta perspectiva, as ações são no sentido de evitar os obstáculos burocráticos à participação. Também objetivam desestimular a intervenção do Estado e “ampliar os canais de informações aos cidadãos, de forma que eles possam manifestar suas preferências antes que as decisões sejam tomadas” (GOHN, 2001, p.15).

Esta forma de participação para a autora é o que ela denomina participação corporativo-comunitária. Neste formato de participação se pretende o fortalecimento da sociedade civil, através da integração dos órgãos representativos da sociedade aos órgãos deliberativos e administrativos do Estado. Assim a participação corporativo-comunitária é uma forma institucionalizada de participação, onde os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal, havendo uma fusão entre as esferas pública e privada (GOHN, 2001).

Já outra forma de conceber a participação segundo Gohn (2001), é a chamada concepção democrático-radical. Neste formato a participação entra em contato com o tema da cidadania. Aqui, “participar é entendido como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo; é dividir responsabilidades com a comunidade” (GOHN, 2001, p. 19). Nesta concepção, a comunidade é então vista como corresponsável permanente.

Um dos formatos institucionais que tem o potencial de propiciar o envolvimento e participação dos indivíduos e da sociedade, na construção de políticas públicas em nível local, são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

2.2 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

Os conselhos gestores constituem um novo modo de governança democrática na gestão pública, principalmente no nível local (GOHN, 2001). Eles são parte de um novo modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado no mundo, o “da gestão pública estatal via parcerias com a sociedade civil organizada, objetivando a formulação e o controle de políticas sociais” (GOHN, 2001, p.110).

Para Gohn (2001), os conselhos são entendidos como vias ou possibilidades de mudanças sociais, no sentido de democratização das relações de poder.

Uma das mais importantes inovações institucionais das políticas públicas no Brasil democrático foi a criação em larga escala dos conselhos gestores. Mesmo que a maioria dos estudiosos enfatize a precariedade da participação social nestes conselhos e a sua submissão aos poderes locais dominantes, é unânime reconhecimento do seu potencial de transformação política. A simples existência dos conselhos amplifica os fóruns onde se discutem o uso dos recursos públicos em nível local (ABRAMOVAY, 2003).

Segundo o mesmo autor, a existência dos Conselhos de Desenvolvimento Rural é recente, fato que explica a inexistência de estudos sistemáticos em nível nacional a seu respeito.

A Constituição Federal promulgada em 1988, e as regulamentações dela advindas, passaram a exigir a existência dos conselhos para que fossem aprovados os repasses de recursos da União e dos Estados aos Municípios (FERREIRA, 2002). Em seu artigo 204 a Constituição Federal prevê a participação da sociedade na formulação das políticas públicas (HERMANY e RODEMBUSCH, 2010, p. 81).

Assim, a legislação em vigor no Brasil desde 1996, prevê que para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar os conselhos gestores. Esse fato explica porque a maioria dos conselhos municipais foi criada após este ano (GOHN, 2001).

Dessa forma, a grande maioria dos conselhos foi criada em nosso país, a partir de 1997, como condição para que os municípios se habilitassem a receberem os recursos do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas linhas de infra-estrutura e serviços.

Esta nova exigência para o repasse de recursos públicos é uma inovação organizacional importante. Entretanto a participação dos atores sociais locais nas decisões do conselho necessita refletir o aumento da capacidade local de geração de renda e das suas possibilidades de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003).

Estas novas estruturas (os conselhos) adentram a esfera pública e, através de leis ordinárias, integram-se aos órgãos públicos do Poder Executivo, interagindo com os mesmos na formulação de políticas públicas específicas das áreas onde atuam (GOHN, 2001).

Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e tomada de decisões (GOHN, 2001, p.85).

Entre estas novas formas estão os conselhos de direitos e gestores de políticas públicas. Na década atual, estes conselhos vêm adquirindo importância significativa como espaço público para o exercício do controle social (HERMANY e RODEMBUSCH, 2010).

Abramovay (2003, p.59) afirma que “a missão fundamental dos conselhos é descobrir os potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar, sobretudo em regiões menos favorecidas.” Segundo o autor, a criação dos conselhos, seu modo de funcionamento e a abrangência de suas ações, na maioria das vezes, parecem não preencherem as funções para as quais foram criados.

Um conselho deve se abrir para as várias formas de participação em suas reuniões, permitindo uma ampla difusão da pauta, permitindo também que os assuntos a serem tratados sejam previamente discutidos pela comunidade local. Desta forma contribuirá para alterar as regras do jogo, fazendo com que as organizações sejam fontes de mudança social (ABRAMOVAY, 2003).

O conselho deve estar atento para as aptidões técnicas locais na busca da construção de um projeto de desenvolvimento territorial. Basicamente seria a “coordenação voluntária e

planejada dos esforços e das capacidades das forças vivas de uma determinada região” (ABRAMOVAY, 2003, p.66).

É necessário ressaltar que a lei federal que vincula a existência dos conselhos ao recebimento de verbas públicas, também preconiza o caráter deliberativo dos mesmos, tornando-os instrumentos do processo de gestão descentralizada e participativa. Assim os conselhos são constituídos pela legislação como novos atores deliberativos e paritários (GOHN, 2001).

Hermany e Rodembusch (2010, p.87) afirmam que “os conselhos setoriais hoje existentes nos municípios são formas básicas de mediação entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Funcionam inclusive como estratégia de divisão do poder no governo local”.

Um estudo feito no estado de Santa Catarina evidenciou que os conselhos são considerados pelos prefeitos como “um novo foco de poder no interior do município” demonstrando que a capacidade de controle do prefeito sobre o conselho não é absoluta (COMASSETO, 2000, apud ABRAMOVAY, 2003, p.67). Conforme estudo de DELEVATI e GÓES (1998) citados por Abramovay (2003), no Rio Grande do Sul há situações em que “a prefeitura municipal estimula a autonomia e a iniciativa dos conselhos” (ABRAMOVAY, 2003, p. 67), sendo a sua presidência ocupada pelos próprios agricultores. Vários municípios da região sul do país criaram secretarias municipais de agricultura, fundos rotativos e mecanismos de aplicação de recursos, levando adiante iniciativas nas quais os conselhos de desenvolvimento se apóiam (ABRAMOVAY, 2003).

Corroborando com as afirmações de Abramovay (2003), quando diz que não há ainda avaliações consistentes sobre o desempenho das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural ou sobre os planos que elas vêm elaborando; e também, visualizando na realidade local/regional, as diferenças no dinamismo e no sentimento de “empoderamento” entre atores sociais dos diferentes municípios do território dos Vales do Taquari e Rio Pardo, este estudo de caso busca evidenciar o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural na realidade local.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa e assim busca o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (GOLDENBERG, 1999, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2008). Como pesquisa qualitativa, se ocupa em explicar e compreender a dinâmica de relações sociais (GERHARDT e SILVEIRA, 2008).

Enquadrando-se também como pesquisa exploratória, ela propõe melhor explicitar o problema e construir hipóteses sobre o mesmo (GIL, 2007, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2008), através de um estudo de caso no município de Mato Leitão.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas. As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas aos atores sociais envolvidos com a criação do COMDER e também aos atores sociais membros do COMDER no momento atual.

A pesquisa bibliográfica realizada foi construída a partir de referenciais teóricos de autores que enfocam os temas ou assuntos relacionados aos objetivos a serem alcançados neste trabalho. As teses e afirmações de autores sobre temas como o Desenvolvimento Rural, Território, Capital Social, Participação e Empoderamento, bem como sobre os Conselhos Gestores e de Desenvolvimento Rural, foram buscados nesta pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental, como técnica de coleta de dados, restringiu-se ao enfoque sobre o livro de atas do COMDER, abrangendo um recorte no tempo desde a ata de criação conselho e posse dos membros, em dez de março de mil, novecentos e noventa e sete, até a ata de número 02/2000 de nove de março do ano dois mil. Este recorte compreende as primeiras duas gestões do COMDER de Mato Leitão, RS, entendidas como importantes na atuação deste, na sua relação com o desenvolvimento rural e empoderamento dos atores sociais ali representados.

Especial atenção foi dedicada à análise das deliberações, decisões e encaminhamentos contidos nas atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, dentro do período analisado, buscando vislumbrar evidências do empoderamento dos atores ali representados, bem como a correlação das ações do conselho com este empoderamento, com o acesso às políticas públicas e com o desenvolvimento rural no município.

Também fazem parte desta pesquisa as informações coletadas através das entrevistas semi-estruturadas aplicadas a quatro membros do COMDER durante o mês de junho de 2011, donde se buscou evidenciar os aspectos propostos nos objetivos e outras informações relevantes proporcionadas pela análise das mesmas.

As entrevistas semi-estruturadas e que constam dos apêndices, foram de duas modalidades. Uma aplicada a dois gestores envolvidos com o processo de fundação ou criação do COMDER e outra aplicada a dois agricultores e conselheiros da atual gestão deste conselho. As questões propostas nas entrevistas semi-estruturadas, conforme Gerhardt e Silveira (2008) procuraram abordar o tema da pesquisa, permitindo e até incentivando os entrevistados a falarem livremente sobre os assuntos e desdobramentos das questões iniciais.

Para registrar as entrevistas foi utilizado um gravador como instrumento acessório, o qual permaneceu ligado durante o transcorrer da entrevista que foi aplicada de maneira informal, na residência ou no local de trabalho de cada membro entrevistado. Posteriormente, estas entrevistas foram transcritas para meio magnético (digitadas), no intuito de melhor analisar os aspectos delas levantados, proporcionando desta forma o seu melhor aproveitamento para o alcance dos objetivos do trabalho.

A escolha desta modalidade de entrevistas semi-estruturadas deve-se ao entendimento de que elas melhor se adéquam aos objetivos propostos em uma pesquisa do tipo exploratória, uma vez que há uma maior flexibilidade a qual é proporcionada aos entrevistados e ao pesquisador na abordagem dos assuntos propostos pelas questões iniciais. Permite-se desta forma que outros aspectos do entendimento pessoal do entrevistado, através da comunicação não verbal, como a expressão corporal, a tonalidade de voz e a ênfase nas respostas, sejam expostas na entrevista, havendo pouca interferência do entrevistador (GERHARDT e SILVEIRA, 2008).

Os critérios para a escolha dos atores envolvidos nas entrevistas referem-se ao entendimento da importância que tiveram os dois gestores entrevistados no processo histórico da criação do COMDER, bem como o direcionamento para utilização das metodologias participativas e o empoderamento dos atores presentes neste conselho. Também a escolha dos conselheiros da atual gestão fundamentou-se no fato de se tratarem de dois agricultores familiares com participação ativa no COMDER, e noutras formas associativas do município e

território, como cooperativas e associações, configurando-se assim como representantes legítimos do COMDER no momento atual.

4. CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE EMPÍRICA

Neste capítulo são abordados aspectos referentes à realidade do município e da instituição que foram objetos deste estudo de caso, ou seja, do município de Mato Leitão e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o COMDER.

4.1 O município de Mato Leitão

A pesquisa foi desenvolvida no município de Mato Leitão, criado pela lei número 9607 em 20 de março de 1992, emancipado dos municípios de Venâncio Aires e Cruzeiro do Sul. A área territorial de Mato Leitão é de 45,9 quilômetros quadrados, sendo que oitenta por cento desta é considerada área rural. A população total é de 3.865 habitantes, sendo 2.244 residentes na área rural (58%) e 1621 na área urbana (42%). A densidade demográfica é de 84,20 habitantes por quilômetro quadrado. (IBGE, 2011)

O município integra o COREDE do Vale do Rio Pardo. A estrutura do PIB do município no ano de 2008, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), está distribuída em 10,5% oriundos da Agropecuária, 53,8% da Indústria e 35,7% dos Serviços.

Está situado no Bioma Mata Atlântica, na região fisiográfica denominada Encosta Inferior do Nordeste, Microrregional do Baixo Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul. O relevo é levemente ondulado, exceto nas margens dos arroios, onde é plano. A altitude média do município é de 81 metros acima do nível do mar. O clima é temperado sul, com temperatura média de 17,1° C e precipitação pluviométrica média anual de 1.700 mm.

O número total de estabelecimentos agropecuários é de 425, sendo que destes, 401 enquadram-se na condição legal de produtor individual, abrangendo uma área total de 3.459 hectares (IBGE, censo agropecuário 2006). Estes dados demonstram a predominância das pequenas propriedades rurais no município, pois dos 401 estabelecimentos na condição de

produtor individual, com uma área média de 8,62 hectares, a maioria pertencem a agricultores familiares.

Dentro do poli cultivo característico da agricultura familiar, destacam-se no município as culturas do aipim, do milho, do tabaco, da erva-mate e dos hortigranjeiros. Há ainda uma forte vinculação dos agricultores com as agroindústrias através da suinocultura, da produção leiteira e da piscicultura (IBGE, 2011).

4.2 O COMDER

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mato Leitão foi criado pela lei municipal número 271 de sete de março de 1997. Os primeiros conselheiros foram nomeados pelo decreto 297 de 10/03/97, sendo empossados nesta data conforme consta na ATA nº 01/97. O número de conselheiros empossados constava nesta oportunidade de quinze membros titulares e quinze suplentes. Destes, sendo um a secretária municipal da agricultura (presidente – conforme o parágrafo 1º do artigo 6º da lei municipal 271 de 07/03/97) e seu suplente o médico veterinário funcionário da prefeitura municipal; um representante do órgão de extensão rural (EMATER) e seu suplente; um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venâncio Aires e seu suplente; um representante da Associação de Desenvolvimento de Mato Leitão – ADEMAT e seu suplente; e mais onze representantes das comunidades, localidades ou capelas da área rural do município e seus onze membros suplentes.

Conforme consta desta primeira ata de posse dos primeiros conselheiros, o Prefeito Municipal em seu pronunciamento destacou que “o COMDER é um órgão consultivo e de caráter deliberativo, quanto às estratégias e políticas agrícolas a serem desenvolvidas pelo município”.

Ficou também definido nesta primeira reunião que as reuniões ordinárias seriam mensais, ocorrendo sempre na primeira segunda feira de cada mês, às dezenove horas no inverno e às vinte horas e trinta minutos no verão.

O período ou o recorte de tempo analisado na atuação do COMDER, através de pesquisa documental ao livro de atas, compreende desde a sua criação em 10/03/1997 (ATA 01/97 de 10/03/97), até a ATA 03/2000 de 03 de abril de 2000. Durante este período, conforme se pode constatar foram várias as deliberações, definições, concordâncias e até negativas feitas pelos atores sociais representados no COMDER em relação aos programas e políticas públicas analisados. As discussões e análises relatadas nas atas denotam que os conselheiros são membros ativos nas decisões com participação em praticamente cem por cento das reuniões. As reuniões do conselho no período analisado ocorreram de forma regular conforme previsto nas primeiras atas, sem falhas, somente com alguns períodos de recesso durante os finais de ano, mas com a deliberação dos membros para isto.

Analisando as deliberações aprovadas, referendando, alterando, acrescentando ou suprimindo políticas públicas focadas para o meio rural do município, se pode afirmar conforme propõe Abramovay (2003) que o COMDER é um fórum local que propicia a participação efetiva dos atores sociais nas decisões que recaem sobre seu local de trabalho e seu modo de vida, interferindo diretamente na sua sobrevivência, na sua auto valorização e empoderamento.

5. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta seção abordam-se os aspectos que foram encontrados na realidade empírica, ou seja, na área de campo, tentando demonstrar as correlações entre o que é afirmado pelos autores referenciados e as evidências encontradas, no sentido de responder aos objetivos propostos para o trabalho.

Desta forma, como se pode verificar através da pesquisa documental às atas do COMDER, bem como através dos roteiros de entrevistas aplicados, verificou-se vários pontos de convergência entre a realidade local e as afirmações dos autores referenciados, e assim respondendo aos objetivos do trabalho.

Sendo assim, quando se analisa a ata número 01/97, da primeira reunião ordinária do COMDER, na qual foram empossados os primeiros quinze conselheiros titulares e seus suplentes, podem-se observar vários aspectos importantes.

Com relação aos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento do COMDER, verificou-se que dentre os conselheiros empossados nesta reunião, estava a secretária municipal da agricultura como presidente e seu suplente, estes representantes do executivo municipal. Entre os demais conselheiros constavam onze agricultores conselheiros titulares e seus onze suplentes, representando as onze comunidades rurais do município, e ainda um representante titular do órgão de extensão rural (EMATER) e seu suplente, um representante da Associação de Desenvolvimento de Mato Leitão (ADEMAT) e seu suplente e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Venâncio Aires e seu suplente.

Durante a evolução do processo de desenvolvimento deste conselho, houve o acréscimo de novas entidades, associações e membros. Se pode afirmar que foi decisivo o apoio da administração municipal no processo de desenvolvimento deste conselho. Também estiveram presentes às reuniões outros representantes dos poderes públicos municipais como o Prefeito Municipal, o secretário municipal de obras e alguns vereadores. Isto fica evidenciado nas falas dos entrevistados e também em detalhes obtidos na pesquisa documental às atas do COMDER.

Com relação ao número de atores que compõe o COMDER e o seu grau de representatividade, conforme a resposta às entrevistas constatou-se que são satisfatórios. Quando questionado quanto a estes aspectos o primeiro entrevistado, o agricultor Gerson Horn afirma: “Eu acho que sim, porque é um de cada comunidade. E normalmente aparecem dois, que são o conselheiro e o vice. E então eu acho que está bem representado. E aí cada um defende o seu lado sempre. Sua comunidade, a sua associação”.

Por ocasião da fundação do COMDER, conforme a ata 01/97, o senhor prefeito municipal afirma que “o COMDER é um órgão consultivo e de caráter deliberativo quanto às estratégias e políticas agrícolas a serem desenvolvidas pelo município”. Esta afirmação confirma, já desde a instalação do COMDER, o seu caráter não somente consultivo, mas também deliberativo sobre as decisões a serem tomadas pela administração com relação às políticas públicas voltadas ao meio rural do município, o que veio a se confirmar com o passar

das administrações municipais subsequentes. Este caráter não somente consultivo, mas também deliberativo, não apenas por mera formalidade ou força de lei, mas principalmente “de fato”, como se verificou, já é um indicativo de um encaminhamento do COMDER para o empoderamento dos atores sociais ali representados. Da mesma forma, se visualiza este direcionamento inicial para o empoderamento dos atores sociais ali presentes, uma vez que a grande maioria destes eram agricultores e estavam representando as suas comunidades.

Os aspectos de empoderamento dos atores sociais presentes no COMDER, bem como da representatividade de seus membros, também podem ser verificados pelas afirmações da gestora entrevistada, atual vice-prefeita e primeira presidente do COMDER, conforme segue:

“Eu entendo que o nosso conselho tem um número ideal de representantes, porque a nossa realidade, o nosso município de Mato Leitão tem uma extensão territorial pequena. (...) Então por ocasião da criação do conselho, foi pego um representante de cada localidade, que é eleito em assembleia local. Então cada localidade está representada no conselho com um titular e um suplente. Afora ainda as entidades que são diretamente ligadas ao meio rural, como a ADEMAT, a APSAT. E mais tarde a Associação de Produtores de Mato Leitão (ASPROMALE), que também foi incluída, além do Sindicato e a EMATER, como entidade de apoio técnico às atividades rurais. E basicamente o conselho é dominante da parte do agricultor. Não houve nem o seguimento que por lei poderia ter acontecido, de observar uma composição paritária. Mas Mato Leitão se preocupou em realmente dar vez e voz ao agricultor num conselho que realmente teria a decisão de toda a política agrícola e econômica do meio rural, ligado a esse conselho.”

Cabe salientar que os aspectos acima se alinham às afirmações de Abramovay (2003), referenciando Coleman (1990), onde estes autores afirmam que as estruturas sociais constituem recursos, que são um ativo de capital do qual os indivíduos podem dispor. A criação do COMDER, neste sentido concorre para o fortalecimento do capital social disponível no território e no município. Como entidade ou organização social o COMDER participa da estrutura social existente, reforçando-a e facilitando as ações dos atores que estão nela inseridos.

Desta forma, o incremento ao capital social proporcionado pelo COMDER permite que os atores sociais nele representados alcancem mais facilmente seus objetivos. Ou seja, através da participação efetiva dos atores sociais nas decisões e deliberações que ocorrem no âmbito

do COMDER, os mesmos têm garantido o seu acesso às políticas públicas voltadas ao meio onde vivem. Também, conforme Abramovay (2003), os laços de confiança e as normas que regem as relações entre os atores que compõe este conselho, são atributos morais presentes e importantes nesta construção social.

Se pode então afirmar que a existência e o funcionamento do COMDER proporcionam a acumulação de capital social ou a aquisição de poder (empowerment) e também uma “mudança na correlação de forças no plano local” (ABRAMOVAY, 2003, p.88). Ele também desempenha como proposto por Rodrigues (2009), um papel na reestruturação social. Confirmam este empoderamento e reestruturação social, a efetiva participação dos agricultores familiares ali representados na definição das políticas públicas locais, bem como o seu acesso às mesmas, conforme se verificou na pesquisa. Algumas afirmações dos conselheiros entrevistados demonstram claramente estes aspectos:

“É decidido sim. Porque tudo o que acontece na agricultura tem que passar pelo COMDER. Qualquer projeto tem que passar pelo COMDER. Tem que ser aprovado pelo COMDER e depois volta para a prefeitura para ser executado.”

“As administrações com o passar dos anos vão engrossando alguns programas e eles são trazidos para o COMDER. O COMDER cria normas, estipula como vai ser. Ajuda a discutir se fica bom para o produtor ou não. E depois disso, o projeto ou programa vai para a Câmara de Vereadores. Então, nunca se teve um projeto negado pela Câmara de Vereadores, ou baixado para estudos mais aprofundados. A partir do momento que o COMDER decidiu que é isso e isso que vai ser feito, o projeto é automaticamente aprovado pela Câmara de Vereadores sem discussões.”

Ainda com relação aos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento do COMDER no município de Mato Leitão, se pode afirmar que a criação deste conselho foi um processo de construção ou consolidação o qual remonta à época desde antes da emancipação deste município. Evidenciam este processo de uma construção social, de participação e empoderamento, as afirmações da gestora entrevistada:

“E eu acho que cabe colocar que quando a gente trabalhou pela emancipação de Mato Leitão, isso a vinte e dois anos atrás, porque na

verdade o nosso processo de emancipação começou no final de 1989, uma das questões que eram sempre colocadas pela comissão emancipacionista ao clarear os objetivos do movimento para a população era que o que se pretendia não era criar uma cidade. O que se queria era melhorar a qualidade de vida do homem aonde ele vivia.”

Então, como se verifica, os atores envolvidos no desenvolvimento do COMDER são os mesmos que estiveram envolvidos na própria criação do município. E abrangem desde os gestores ou lideranças políticas que à época estiveram à frente da comunidade, alguns técnicos que tiveram sua atuação e conhecimento valorizados pelos gestores, bem como os próprios agricultores representantes das comunidades rurais e seus representantes de outras entidades e associações de prestação de serviços e de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Cabe salientar, o que pode ser entendido como uma correlação virtuosa entre os gestores e os técnicos de ATER que estiveram envolvidos com o desenvolvimento e criação do COMDER e o envolvimento das comunidades e seus líderes, num processo de fortalecimento ou busca de uma participação cidadã. Ou seja, as primeiras reuniões nas comunidades, desde o processo emancipacionista do município bem como após a emancipação, no processo de criação do conselho agropecuário, procuravam envolver os agricultores de cada comunidade na definição das suas prioridades e na escolha de seus representantes para o COMDER.

Estes aspectos puderam também ser evidenciados em algumas falas dos entrevistados. A primeira secretária municipal da agricultura e primeira presidente do COMDER, afirma:

“(...) Eu acho no nosso caso aqui de Mato Leitão, a intenção do trabalho técnico da EMATER, feito desde logo o início. A valorização da experiência que o técnico da EMATER, no caso o engenheiro agrônomo que respondia pela EMATER no município tinha, trazendo de outras comunidades. E a importância que o primeiro gestor deu a esta questão. O entendimento do valor e do poder dos conselhos de uma forma generalizada. (...)”.

Também a fala do segundo gestor entrevistado, o qual é o técnico citado acima, evidencia esta correlação virtuosa ou soma de esforços:

“(...) Porque a abertura, principalmente da administração municipal no sentido de favorecer que a comunidade ou os produtores tivessem na sua organização uma representatividade dentro do COMDER, isso já é um fator muito importante. A abertura que a municipalidade deu para que ocorresse a formação deste COMDER. Isso eu acho que é um fator preponderante. (...) Teve muita abertura. Teve uma participação muito grande da administração municipal incentivando. A assistência técnica incentivando. As organizações locais. E buscando na comunidade as suas necessidades.”

Conforme já dito anteriormente, verifica-se nas falas acima uma abertura para o trabalho em conjunto e em sintonia entre os órgãos de assistência técnica e a administração municipal na busca da participação dos atores sociais do meio rural e na valorização de suas associações e entidades representativas, culminando com a valorização e empoderamento destes atores, através da criação e da atuação do COMDER.

Quanto os entraves que pudessem dificultar a ação e funcionamento do COMDER, houve uma quase unanimidade entre os entrevistados de que praticamente não existem entraves ou dificuldades exceto no início do funcionamento do conselho. Conforme afirma o engenheiro agrônomo entrevistado:

“(...) No início nós tivemos uma dificuldade na participação da comunidade na seleção dos conselheiros, mas com o tempo, com o passar dos anos, a comunidade notou que se não participasse, ela ficava meio que excluída das decisões. (...) Então as comunidades tiveram que agir. Tiveram que participar. (...) Quando a comunidade sentiu que o conselho tinha essa missão, não só consultiva, mas que também o conselho tinha o poder de decidir. Que o conselho tinha que decidir as coisas que eram em benefício da família rural, da comunidade, do município, isso foi mudando.”

Outro ator entrevistado, o conselheiro e agricultor, senhor André Schoor, cita como única dificuldade o fato de que o conselheiro não é remunerado e o agricultor tem que destinar “do seu tempo” para participar da reunião. Segundo sua fala:

“Então, a única dificuldade que tem é a particular de cada um. Porque o conselheiro não é remunerado. Então ele dá do seu suor, do seu tempo. Essa é a única maneira, mas ele participa porque gosta de

impor o interesse dele e da comunidade. Mas a princípio dificuldade maior não há.”

Cabe salientar aqui que este conselheiro apresentou como sugestão para melhorar o funcionamento do COMDER a inclusão de uma representação da câmara de vereadores. Esta afirmação representa um indicativo de uma falha ou fragilidade na representatividade do COMDER, ao não contemplar a participação oficial do poder legislativo como membro. Segundo afirma o conselheiro:

“O conselho funciona assim: ele é aberto. Cada pessoa que quer participar pode participar. Têm alguns vereadores que de vez em quando vêm nas reuniões. Só que eles não têm direito a voto. Eu até acho que teriam que abrir essa exceção porque na verdade eles são representantes do município. Eleitos inclusive. E então ia melhorar isso também. E levaria essa discussão um pouco mais adiante. (...) Ele estando na reunião já transmitiria pelo menos para o seu eleitorado. (...) Então eu acho que isso seria uma forma até para botar eles um pouco mais no compromisso. Eu acho que uma noite a mais para eles não iria fazer diferença também.”

Ainda com relação às dificuldades do COMDER a gestora entrevistada também concorda com os demais entrevistados ao afirmar que:

“Não existem dificuldades com relação à atuação dos conselheiros em cumprirem a sua missão de representantes da sua localidade, fazendo parte de um conselho que vai definir as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural. (...) No caso de Mato Leitão, eu sempre tenho dito isso, o conselho que melhor soube assumir as suas atribuições foi de fato o Conselho de Desenvolvimento Rural. Dos sete conselhos que o município de Mato Leitão tem, nenhum tem a composição, a representatividade como o tem este conselho de desenvolvimento rural. Acho que foi o próprio debate na escolha dos representantes das comunidades. Porque foram feitas reuniões em todas as comunidades, ouvindo num primeiro momento o que eram as necessidades; quais eram as expectativas que o novo município estava trazendo; e falando da importância de se fazer este conselho, uma vez que não era possível sempre se fazer reuniões para ouvir a todos, mas que se ouvissem os representantes. Falava-se também da importância deste conselheiro realmente ser o porta-voz das suas comunidades e

não estar ali falando por si só; mas ele ser um elemento que representava a voz de uma série de munícipes, de toda a comunidade.”

E também:

“Nesta questão do conselheiro cumprir a sua missão de representante da sua localidade, de fazer parte de um conselho que vai definir as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, neste sentido não há dificuldade.”

Entretanto ela aponta dificuldades com relação às políticas públicas macro, no nível de Brasil, e até internacional, as quais entende como dificuldades ao desenvolvimento rural do município. Este aspecto pode ser mais bem explicitado conforme suas afirmações destacadas abaixo:

“(...) essa falta de uma política pública definida faz oscilar o preço dos insumos. (...) Então, muitas vezes, o investimento que o agricultor faz na sua propriedade não tem uma garantia de sucesso. (...) de qualquer forma, o preço do milho, o preço do farelo, o preço da semente estão diretamente relacionados a uma política pública macro ao nível do governo federal. E esta não tem uma regularidade. Há uma inconstância que faz com que o agricultor muitas vezes não saiba que direção tomar. (...)”.

Algumas características ou fatores identificados através das falas dos entrevistados concorrem para esta pouca ou quase nula dificuldade e entraves ao funcionamento do COMDER na sua atuação local. Aspectos como as oportunidades de capacitação, treinamento e contatos com outras realidades, proporcionados aos conselheiros, tiveram influência positiva nesta falta de entraves socioeconômicos ao funcionamento do COMDER. Se pode aqui afirmar que esta educação ou capacitação continuada, proporcionada aos conselheiros influi positivamente no desempenho de suas funções. O conselheiro tende a atuar de maneira mais consciente e representativa de sua comunidade. Algumas falas dos entrevistados, transcritas abaixo, evidenciam estes aspectos.

Um dos conselheiros ao ser questionado sobre os motivos que o fazem ter interesse em participar do COMDER afirma:

“A gente sempre aprende alguma coisa. Sempre fica aprendendo e sabendo. E vê como funciona num órgão público. (...) Muitos dizem: eu não vou. Eu não vou perder tempo. Mas isso não é perda de tempo. Tu sempre acabas aprendendo alguma coisa. E esse ensinamento não se esquece mais. É muito bom. E aí, depois da reunião é feita uma janta. E tu acabas conversando, falando de outras coisas. Não só da reunião, mas de outros assuntos também. (...) Tanto é que são poucos os que entram no conselho e que depois saem e não retornam mais. A maioria sempre está aí de novo.”

Também as afirmações da gestora entrevistada evidenciam a importância da valorização e da capacitação dos conselheiros, as quais influenciaram e continuam influenciando nesta pequena dificuldade para o funcionamento do COMDER.

“Então, o COMDER, por ser o primeiro conselho criado no município, ele fixou e demarcou o seu terreno de atuação. E inclusive se apoderou de uma data que é dele e que nunca mudou. Somente salvo algum feriado naquela primeira segunda feira, em comum acordo, há uma transferência da reunião. (...) A reunião independe de convocação. A reunião anterior já sempre é a convocação para a seguinte, porque sempre já tem a data definida. E eu acho que essa confraternização posterior também fez criar um clima. Enraizou uma amizade, um companheirismo, o que fez com que essa reunião não seja uma carga no ombro do conselheiro. Ela passou a ser um momento realmente de integração. E que ao mesmo tempo, dando esse poder decisório ao grupo, foi criando esse comprometimento cada vez maior e fez com que o COMDER tivesse essa caminhada de sucesso”.

A influência do COMDER no empoderamento dos atores que o compõe também aparece em sua fala:

“Eu acho que os agricultores se sentiram num ambiente onde eles eram a maioria. Onde eles estavam opinando. Onde eles estavam falando daquilo que eles conheciam. E também ao longo destes dezenove anos de Mato Leitão muitas oportunidades de formação ao grupo foram propiciadas. Cursos diversos. Sempre a parceria da EMATER foi fundamental para buscar os caminhos técnicos. Então, “n” atividades foram propiciadas aos nossos agricultores. E em parceria com o Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR), Sindicato e outros órgãos públicos, houve uma formação dos nossos

conselheiros. E há um revezamento deles, mas há uma continuidade. Esta formação e a capacitação que foram propiciadas foram importantes para que eles se apoderassem dessa situação que lhes é inerente. Desse poder decisório que eles têm na política de desenvolvimento do nosso município.”

O acesso dos agricultores locais às políticas públicas é favorecido pela atuação do COMDER. Isto pôde ser verificado pela pesquisa, uma vez que todas as políticas públicas voltadas à comunidade rural do município sempre passaram pelo crivo do COMDER.

Também o número de atores sociais membros do conselho e sua real representatividade e atuação madura e responsável, concorrem para a garantia desse acesso dos atores sociais às políticas públicas. E ainda, a própria abertura do COMDER a qualquer agricultor ou outro interessado em participar de alguma reunião.

A própria participação em alguma reunião do COMDER no sentido da solicitação de acesso a algum recurso público disponibilizado pelo município é proporcionada neste ambiente. Qualquer agricultor pode encaminhar ao COMDER sua solicitação de acesso ao fundo rotativo disponibilizado pelo município, respeitados alguns critérios de limite máximo e percentuais a serem financiados. Esta solicitação, dirigida por escrito à presidência do COMDER, é analisada em reunião ordinária pelos conselheiros, e aprovada, alterada ou reprovada.

Estes aspectos por si só demonstram esta relação positiva entre a atuação do COMDER e o acesso dos atores sociais às políticas públicas disponibilizadas ou mesmo criadas no âmbito do conselho.

Esta forma democrática e aberta à participação efetiva dos atores na análise, adequações e na formulação das políticas públicas acontece no âmbito do COMDER. Conseqüentemente, esta real atuação e representatividade dos atores sociais presentes no COMDER contribui para a legitimação das políticas públicas, diminuindo a distância entre a elaboração e a implementação das mesmas, conforme afirma Rodrigues (2009).

Assim, a participação consciente e reflexiva dos atores sociais representados no COMDER, contribui decisivamente para um processo de desenvolvimento rural sustentável. Um desenvolvimento que abrange além dos aspectos econômicos, o social e o ambiental, conforme propõe Meneguetti (2007).

Isto pode ser também evidenciado na fala do gestor entrevistado, conforme segue:

“Não havia nenhum projeto relacionado ao meio rural que não passasse pelo COMDER. (...) Então, todas as decisões passavam seguramente pelo COMDER, que analisava rigorosamente, questionava. (...) Hoje, se nós olharmos o município de Mato Leitão, nós temos quase uma padronização em termos de vida social. (...) As disparidades entre as comunidades diminuíram muito. Hoje existe um padrão. Um nível social que tem alcance para qualquer cidadão. (...) E essa integração entre as comunidades foi um fator também determinante para que houvesse um padrão social dentro de Mato Leitão. Então o econômico e o social cresceram juntos. Uniformizaram. Padronizaram. E isso eu acho que é uma coisa fantástica que tem no município de Mato Leitão. E com certeza o COMDER teve participação nisso aí.”

Ainda a pesquisa documental feita às atas do COMDER, conforme consta nos apêndices deste trabalho evidencia uma ampla gama de deliberações, decisões, análises e adequações sobre políticas públicas voltadas ao meio rural do município que aí acontecem. A atuação dos atores, desde a formulação das políticas públicas até o acesso às mesmas, está claramente demonstrada nestas atas.

Esta atuação dos atores na formulação, execução e acesso às políticas públicas através do COMDER, constitui a união de esforços entre a sociedade civil e o poder local (município). Desta forma conforme propõe Hermany e Rodembusch (2010) ocorre o empoderamento da comunidade, a qual se torna protagonista de sua própria história.

A fala do conselheiro André Schoor evidencia também o aspecto da influência positiva da atuação do COMDER com relação ao acesso dos atores sociais locais às políticas públicas, como se observa:

“Muitas vezes se houveram verbas que vieram a fundo perdido para o município, como para compra de máquinas. Tanto que a ASPROMALE hoje administra quatro destas máquinas. E tudo aconteceu porque tinha o COMDER. Tem outros municípios que não tem isso porque não tinha uma organização que defendia. Então, é em cima disso que a gente tem interesse em participar. Interesse particular não adianta eu ter porque eu não recebo para participar. (...)

Hoje Mato Leitão tem através do COMDER um grupo que compra adubo. Tem o grupo do leite. Tudo saiu em função do COMDER que tentou aproximar as coisas. (...) são formas associativas que surgiram com uma pequena discussão dentro do COMDER.”

A fala do conselheiro acima também evidencia a influência do COMDER na prospecção do capital social entre os atores sociais. Como afirma o conselheiro, foi através da atuação do COMDER, que foram criados outros grupos e formas associativas os quais favoreceram o alcance de suas metas e objetivos. Neste sentido o COMDER se constitui em um instrumento para o empoderamento dos atores sociais ali presentes e representados. E também, desta forma contribui para o fortalecimento da auto-estima dos mesmos.

Assim desenvolve-se o capital social, pois gera nos indivíduos a autoconfiança para superar suas dificuldades. Neste processo também se reforçam os laços de pertencimento dos atores sociais, a cultura e diversidade locais (HERMANY e RODEMBUSCH 2010).

O COMDER de Mato Leitão contribui para que os atores sociais nele presentes e representados possam exercer com maior liberdade as suas escolhas e oportunidades, passando a praticar satisfatoriamente sua cidadania na busca do desenvolvimento. E dessa forma se pode afirmar pelas evidências destacadas que a atuação do COMDER efetivamente contribui para a busca de um desenvolvimento rural com origens endógenas, nascido a partir das decisões e escolhas dos próprios atores ali presentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia proposta para a pesquisa proporcionou o alcance dos objetivos.

Os atores sociais locais envolvidos com o desenvolvimento do COMDER foram identificados. Estes atores se trataram de gestores do poder público municipal, como uma profissional da educação aposentada, ex-prefeita municipal e secretária municipal da agricultura, técnicos ligados à extensão rural, como um médico veterinário funcionário público municipal, um engenheiro agrônomo e uma extensionista da EMATER e os agricultores familiares representantes das comunidades rurais locais.

A pesquisa permitiu verificar que os entraves socioeconômicos encontrados pelo COMDER em sua atuação no local são considerados mínimos pelos atores entrevistados. Esses se restringiram à dificuldade econômica relacionada a não remuneração dos conselheiros, e ainda a uma dificuldade inicial com relação à sua participação. Esta dificuldade inicial na participação dos atores foi superada e na atualidade não dificulta o funcionamento do COMDER.

Ficou também evidenciada a falta de representante do poder legislativo no âmbito do COMDER. Esta evidência encontrada é importante por tratar-se de um poder local que poderia estar contribuindo com um efetivo comprometimento na busca do desenvolvimento rural do município. Entretanto, de qualquer forma, os atores do meio rural têm ampla representatividade no COMDER através dos membros que representam as comunidades rurais e que constituem a grande maioria dos conselheiros, além das outras formas associativas representadas neste fórum.

O acesso dos atores locais às políticas públicas está demonstrado na pesquisa e é garantido através da atuação destes atores no COMDER. Este acesso às políticas públicas se verifica através da participação efetiva dos agricultores familiares e seus representantes na formulação, adequação e deliberação sobre os diversos programas e projetos que são direcionados ao meio rural do município. É no âmbito do COMDER que ocorrem estas discussões e deliberações. E desta forma os atores sociais têm o seu pleno acesso às políticas públicas garantido, desde a formulação das políticas locais até o acesso às políticas públicas oriundas do nível estadual e federal.

Assim se verifica que o COMDER cumpriu e ainda cumpre o seu papel de conselho deliberativo das políticas públicas para o meio rural. Este papel vem se mantendo com o passar das administrações municipais. Vários programas foram melhorados, readaptados ou suprimidos, com o objetivo de atender aos anseios dos agricultores familiares locais, conforme as afirmações dos entrevistados e dados da pesquisa documental.

Os atores entrevistados indicaram nas suas falas um papel importante desempenhado pelas diversas oportunidades de capacitação, treinamento, e conhecimento de outras realidades através de visitas e excursões. Estas oportunidades de capacitação têm propiciado aos conselheiros uma atuação mais consciente e reflexiva no âmbito do COMDER. Como se

verificou, a partir de uma dificuldade inicial de participação dos conselheiros chegou-se a um patamar de participação e representatividade em que praticamente não há faltas às reuniões por parte dos membros e também não ocorrem interrupções na frequência mensal das reuniões ordinárias. A grande maioria dos membros é representante dos agricultores familiares do município.

Ainda surgiram no âmbito do COMDER outras formas associativas como associações por afinidades de interesses ou grupos de prestação de serviços, os quais estão fortalecidos e atuantes ainda no momento atual, demonstrando que houve um incremento ao capital social local. Exemplificam estes incrementos os Grupos “do Leite” e o “de Compra de Adubo e outros insumos”.

Conclui-se que a atuação deste formato de organização de governança o qual envolve uma interação entre a sociedade civil e o Estado proporciona de melhor forma aos atores locais a busca de um desenvolvimento com origens endógenas e, por conseguinte com maior sustentabilidade ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O FUTURO DAS REGIÕES RURAIS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BRACAGIOLI, Alberto. **METODOLOGIA OU A BUSCA DO CAMINHO**. Material didático da Disciplina de Planejamento e Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Rural. PLAGEDER UFRGS 2008.

BAQUERO, M. **As múltiplas faces da desigualdade: capital social e empoderamento na América Latina**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, II. , 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. P.304-322.

FERREIRA, Joaquim Alves. **Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: A experiência de Espírito Santo do Pinhal**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola. – Universidade Estadual de Campinas, SP. 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA – FEE Disponível em < <http://www.fee.tche.br> > acesso em setembro/2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica** – São Paulo, Cortez, 2001 – Coleção questões da nossa época; v. 84.

HERMANY, Ricardo; RODEMBUSCH, Claudine Freire. O empoderamento dos setores da sociedade brasileira no plano local na busca da implementação de políticas sociais. In: HERMANY, R. (Org.). **EMPODERAMENTO SOCIAL LOCAL**. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2010. p. 77-92.

IBGE Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow>. > acesso em maio/2011.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 1ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 229p.

MENEGETTI, Gilmar Antônio. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar.** Texto disponibilizado para a disciplina DERAD003 – Teorias do Desenvolvimento, PLAGEDER UFRGS 2008.

RODRIGUES, Vera Lucia Graziano da Silva. **Urbanização e ruralidade:** os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal/ Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues – Brasília: MDA, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Cia. das Letras, 2000

APÊNDICE I – LISTAGEM DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Nome completo	Idade	Identificação Sócio-profissional		Data da entrevista
		Ocupação atual	Função no COMDER	
André Schoor	38 anos	Agricultor familiar	Conselheiro na atual gestão	18/06/2011
Eldo Stertz	57 anos	Engenheiro Agrônomo aposentado	Secretário Executivo nas primeiras duas gestões	17/06/2011
Eunice Inês Heuser	57 anos	Professora aposentada e atual vice-prefeita	Presidente nas primeiras duas gestões	17/06/2011
Gerson Luiz Horn	41 anos	Agricultor familiar	Conselheiro na atual gestão	16/06/2011

APÊNDICE II - ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS CONSELHEIROS

Para a realização da pesquisa sobre o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER de Mato Leitão serão feitas entrevistas semi estruturadas, com os conselheiros integrantes da gestão atual do mesmo, abordando os seguintes aspectos:

I Dados Pessoais

1- Nome:

2- Idade:

3- Sexo:

4- Escolaridade:

5- Local de residência?

II Identidade Sócio-Profissional

6- Como você se auto-identifica profissionalmente?

7- É associado de alguma organização social ou econômica? (cooperativa, associação, sindicato, etc.)

8- Está ligado a outras atividades além da agricultura e pecuária? Quais?

III Papel do COMDER

9- Há quanto tempo você é membro do COMDER?

10- Seu ingresso no COMDER foi como?

11-Como o COMDER recebe e encaminha as solicitações, informações e sugestões dos agricultores do município?

12-Em geral, qual é o perfil das pessoas que integram o COMDER hoje? (Agricultores mais instruídos, menos instruídos, jovens, mulheres...?)

13-Quantos são esses integrantes atualmente?

14-Qual seria no seu entendimento o número ideal de componentes do COMDER para representar a totalidade dos atores do meio rural de Mato Leitão?

15-O que você entende como sendo uma concepção ideal de desenvolvimento rural?

16-A atuação do COMDER no seu entendimento é compatível com esta visão?

17-Quais são, no seu entendimento, as principais dificuldades do COMDER?

18-Quais são as ações do COMDER que no seu entendimento têm contribuído para o desenvolvimento rural no município?

19-Quais são, no seu entendimento, as situações ou problemas que tem dificultado o desenvolvimento rural no município?

20-Que sugestões o senhor daria para melhorar o funcionamento e a atuação do COMDER na busca do desenvolvimento rural?

21- Quais os motivos que lhe fazem ter interesse em participar do COMDER?

APÊNDICE III - ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM GESTORES E TÉCNICOS

Para a realização da pesquisa sobre o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER de Mato Leitão serão feitas entrevistas semi estruturadas, com gestores e técnicos envolvidos diretamente no processo de criação do mesmo, abordando os seguintes aspectos:

1-Nome:

2-Idade:

3-Sexo:

4-Escolaridade:

5- Função atual?

6-Qual seria no seu entendimento o número ideal de componentes do COMDER para representar a totalidade dos atores do meio rural de Mato Leitão?

7-O que você entende como sendo uma concepção ideal de desenvolvimento rural?

8-A atuação do COMDER no seu entendimento é compatível com esta visão?

9-Quais são, no seu entendimento, as principais dificuldades do COMDER, em específico as socioeconômicas, para cumprir plenamente seu papel?

10- Quais são as ações do COMDER que no seu entendimento têm contribuído para o desenvolvimento rural no município?

11-Em seu ponto de vista existe relação entre a atuação do COMDER e o acesso dos agricultores locais a políticas públicas?

12- Quais são, no seu entendimento, as situações ou problemas que tem dificultado o desenvolvimento rural no município?

13- Que sugestões o senhor daria para melhorar o funcionamento e a atuação do COMDER na busca do desenvolvimento rural?

APÊNDICE IV – QUADRO DAS PRINCIPAIS DECISÕES E DELIBERAÇÕES DO COMDER EXTRAÍDAS ATRAVÉS DE PESQUISA DOCUMENTAL AO LIVRO DE ATAS, NO PERÍODO DE MARÇO DE 1997 A MARÇO DE 2000.

Ata, dia/mês/ano	Análises, deliberações ou decisões tomadas pelos conselheiros
Ata 01/97 de 10/03/1997	Definição das datas e horários das reuniões ordinárias do COMDER: primeiras segundas feiras de cada mês as 19 horas no inverno e 20,30 horas no verão.
Ata 02/97 de 07/04/1997	Eleição do vice-presidente (agricultor familiar) e do secretário (técnico de extensão rural); Aprovação do regimento interno do COMDER e encaminhamento para homologação pelo prefeito municipal; Análise e aprovação da minuta do projeto de lei que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FUNDER.
Ata 04/97 de 05/05/1997	Autorização à Prefeitura Municipal para liberar recursos para a conclusão de projeto de suinocultura para um agricultor familiar do município; Escolha e nomeação de dois membros do COMDER para integrarem o FUNDER.
Ata 12/98 de 17/12/1998	Análise e aprovação de financiamento de 30% do valor para a construção de um galpão para gado leiteiro beneficiando um agricultor familiar do município Análise do plano municipal para a agricultura para o ano de 1999, abrangendo os seguintes programas: 1) Investimento e melhorias nas propriedades; 2) Preparação do solo e preservação do meio ambiente; 3) Plantio; 4) Melhoria do rebanho; 5 Fortalecimento das entidades; 6) Preços de horas máquinas da prefeitura municipal.
Ata 03/99 de 05/04/1999	Solicitação à prefeitura municipal da adequação das embalagens de sementes de aveia e ervilhaca distribuídas pelo município para adubação verde para tamanhos mais adequados, facilitando a distribuição; Definição do roteiro e das datas das reuniões nas comunidades para a escolha dos novos conselheiros.
Ata 05/99 de 31/05/1999	Seleção das comunidades a serem beneficiadas com a perfuração de poços artesianos com equipamentos cedidos pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento conforme ordem de prioridade ditada pelos conselheiros.
Ata 07/99 de 05/07/1999	Deliberação e definição sobre o primeiro fórum da agricultura familiar do município;

	Discussão da reforma do programa municipal de incentivo à agricultura, aprovando alterações.
Ata 08/99 de 02/08/1999 Ata 09/99 de 06/09/1999	Análise e rejeição do projeto “banco do boi” proposto por técnico de frigorífico do município.
Ata 10/99 de 04/10/1999	Apreciação, discussão e aprovação do plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento rural para o ano de 2000; Discussão sobre a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mato Leitão, não conclusiva.
Ata 01/2000 de 07/02/2000	Análise dos principais programas a serem desenvolvidos no meio rural do município no ano de 2000, entre os quais foram aprovados com incentivos da prefeitura municipal: análise de solos (duas por agricultor); transporte de calcário gratuito; transporte de esterco de frango gratuito; fornecimento de veneno para formiga pelo sistema troca-troca até o limite de cinco quilos por agricultor; adubação verde com aveia, ervilhaca e nabo forrageiro pelo sistema troca-troca; mudas para pomar doméstico, com intermediação e transporte das mudas pela prefeitura; mudas para reflorestamento com intermediação e transporte; serviço de máquinas de acordo com tabela de preços anterior, mais a taxa de deslocamento; troca-troca de sementes.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: ELDO STERTZ

RG/CPF: 2008308963

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo "compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER no município de Mato Leitão, Rs, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos".

A minha participação consiste na recepção do aluno "Marco Antonio Reckziegel" para a realização de entrevista.

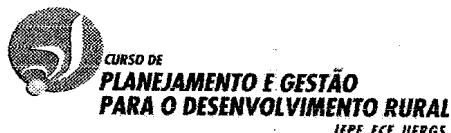
Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / **NÃO AUTORIZO** a minha identificação para a publicação do TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Mato Leitão, 20 junho de 2011.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: **ANDRÉ SCHOOR** _____

RG/CPF: **1055630741 / 687750400-34** _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo "compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER no município de Mato Leitão, Rs, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos".

A minha participação consiste na recepção do aluno "Marco Antonio Reckziegel" para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação para a publicação do TCC.

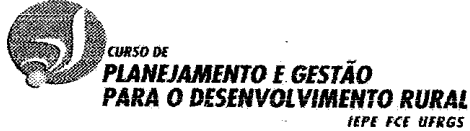
Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

André Luis Schoor

Mato Leitão, junho de 2011.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: EUNICE INÊS HEUSER _____

RG/CPF: 4017800923 / 258777630-91 _____


Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo "compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER no município de Mato Leitão, Rs, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos".

A minha participação consiste na recepção do aluno "Marco Antonio Reckziegel" para a realização de entrevista.

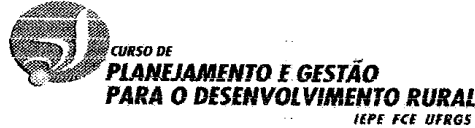
Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação para a publicação do TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura  _____

Mato Leitão, junho de 2011.

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: GERSON LUIZ HORN _____

RG/CPF: 5041773135 / 576713970-91 _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e empoderamento dos atores sociais: um estudo de caso em Mato Leitão, Rio Grande do Sul" – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo "compreender os limites e as potencialidades da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDER no município de Mato Leitão, Rs, em especial no que se refere ao empoderamento dos atores sociais rurais envolvidos".

A minha participação consiste na recepção do aluno "Marco Antonio Reckziegel" para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação para a publicação do TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Mato Leitão, junho de 2011.